

MERECIANA RAMOS DE SOUZA
Técnica de Combate a Perdas

LINHAS DE TAUBATÉ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ nº 14.395.590/0001-03

Resultados 2022

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios sociais de 2022 e 2021. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 16 de março de 2023.

Balanco Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022		2021		2021			
		Nota	2022	(Reapresentado)	Nota	2022	(Reapresentado)
Ativo							
Caixa e equivalente de caixa	5,1	12.350	1.048				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5,2	16.281	54.801				
Concessionárias e permissórias	6	8.901	5.442				
Tributos a recuperar	7	2.180	1.176				
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	10	74.219	51.611				
Despesas pagas antecipadamente		476	302				
Outros créditos		929	650				
Total do circulante		115.336	115.030				
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Concessão do serviço público (ativo do contrato)	10	800.494	616.200				
Depósitos judiciais		2.712	2.723				
Impostos e contribuições sociais diferidos	8	2.129	52.233				
Outros Créditos		87	481				
Total		805.422	671.637				
Imobilizado							
Intangível		481	20				
Total do não circulante		806.270	672.098				
Total do ativo		921.606	787.128				

(Em milhares de reais)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022		2021		
		Nota	2022	(Reapresentado)
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício			52.525	10.407
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido			30.103	6.009
Pis e Cofins diferido			19.138	16.047
Despesas (receitas) com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	12 e 13,	15 e 5,2	49.083	66.836
Remuneração do ativo de contrato de concessão	17	(260.662)	-	(13.261)
Ganho (Perda) de Remuneração do ativo contratual			-	(16.766)
Margem de Construção, operação e remuneração do ativo de contrato da transmissão	17	(180)	(143.448)	-
Amortização e depreciação			8	-
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	15	30.834	(23.445)	-
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante				
Diminuição (aumento) de concessionárias e permissórias	6 e 10	58.069	(1.935)	-
(Aumento) de tributos a recuperar		(1.004)	(736)	-
(Aumento) diminuição de outros créditos		(641)	2.789	-
Diminuição de depósitos judiciais		11	341	-
(aumento) de despesas antecipadas		(174)	(302)	-
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante				
(Diminuição) aumento de fornecedores	11	(13.593)	11.150	-
(aumento) (diminuição) de impostos e contribuições sociais	14 e 16,2	50	(173)	-
Aumento de Encargos do Consumidor			22.400	126
Aumento de outras contas a pagar			6.249	(86.361)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais				
Atividades de investimentos				
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5,2	44.848	(54.801)	-
Aplicações no Imobilizado e Intangível		-	(461)	-
Aplicações em linhas de transmissão de energia		(5.302)	-	-
Alienação de bens do imobilizado e intangível		86	-	-
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos				
Atividades de financiamento				
Pagamento de dividendos - principal	12 e 13	(17.546)	-	-
Pagamento de debêntures - juros	12 e 13	(25.516)	-	-
Partes relacionadas	8	8.483	(241)	-
Caixa líquido (consumido) nas atividades de financiamento				
Variação líquida do caixa				
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais		1.048	142.912	-
Caixa mais equivalentes de caixa finais		12.350	1.048	-
Variação líquida do caixa				

(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022		2021	
		2022	2021
Lucro do exercício			
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes			
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos			
		52.525	10.407

(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022		2021		
		Capital Social	Lucros (Prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
		Nota	Integralizado	2022
Saldo em 31 de dezembro de 2020				
Aumento de capital		10.000	-	10.000
Lucro líquido do exercício		-	10.407	10.407
Saldo em 31 de dezembro de 2021				
Lucro líquido do exercício		456.274	(205.513)	250.761
Saldo em 31 de dezembro de 2022		456.274	(152.988)	303.286

(Em milhares de reais)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022		2021		
		Nota	2022	2021
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas				
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	17	12.294	149.567	-
Receita operacional líquida				
		239.573	50.926	-
Custos de operação				
Lucro bruto	18	(18.727)	(141.114)	-
Despesas gerais e administrativas	18	(61.302)	22.384	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos				
Receita Financeira	19	6.538	4.945	-
Despesa Financeira	19	(75.748)	(70.292)	-
Despesas financeiras líquidas				
		(69.210)	(65.347)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro				
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	102.628	16.416	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		(50.103)	(6.049)	-
Lucro líquido do exercício				
		52.525	10.407	-
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$				
		0,12	0,02	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022		2021		
		Nota	2022	2021
Receita de infraestrutura, operação e manutenção, ganho de eficiência na implementação da infraestrutura e outras, líquidas				
Remuneração dos ativos da concessão, líquida	17	12.294	149.567	-
Receita operacional líquida				
		239.573	50.926	-
Custos de operação				
Lucro bruto	18	(18.727)	(141.114)	-
Despesas gerais e administrativas	18	(61.302)	22.384	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos				
Receita Financeira	19	6.538	4.945	-
Despesa Financeira	19	(75.748)	(70.292)	-
Despesas financeiras líquidas				
		(69.210)	(65.347)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro				
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	102.628	16.416	-
Imposto de renda e contribuição social diferido		(50.103)	(6.049)	-
Lucro líquido do exercício				
		52.525	10.407	-
Lucro básico e diluído por ação ordinária e preferencial - R\$				
		0,12	0,02	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. ("LITE" ou "Companhia"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade por ações de capital fechado, cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de setembro de 2022 foi aprovado a alteração do endereço da sede da Companhia para a cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais. **1.1. Alteração controlador:** Em 17 de fevereiro de 2022, a Energisa Transmissão de Energia S/A, celebrou, com Energisa S/A na qualidade de Interventor Garantidora, um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com os vendedores Fundo Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura e PerfIn Apollo 14 Fundo de Investimento em Participações Infraestrutura, tendo, ainda, como Interventores Anuentes as sociedades Advanta de Compra e Venda, para regular a aquisição de 2.330.106 ações ordinárias de propriedade dos Vendedores, de emissão da Gemini Energy S/A. A Gemini Energy S/A detém 100% do capital social da Companhia. Em 28 de março de 2022 e 26 de abril de 2022 ocorreram as aprovações da aquisição pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e ANEEL, respectivamente. Em 10 de junho de 2022 ocorreu a alteração de controle indireto da Companhia, passando a Energisa Transmissão de Energia S/A ser detentora de 100% das ações da Gemini Energy S/A. **1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica:** Em 2 de setembro de 2011 a Gemini Energy S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 0004/2011, realizado na Bolsa de Valores do São Paulo, para a aquisição da Concessão de transmissão de energia elétrica referente à linha de transmissão Taubaté - Nova Iguaçu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 30 de novembro de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União de 1º de dezembro de 2011. No dia 9 de dezembro de 2011, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o contrato de Concessão nº 020/2011 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pela linha de transmissão em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 247 km, com origem na subestação Taubaté, localizada no estado de São Paulo e término na subestação Nova Iguaçu, localizada no estado do Rio de Janeiro; pela subestação Nova Iguaçu localizada no Estado do Rio de Janeiro, com transformação 500/345 kV - 900 MVA, e 500/138 kV - 900 MVA e respectivos conexões de unidades transformadoras; entradas de linha, barramentos, módulos gerais, reatores de linha e de barra, bancos de capacitadores em série e em derivação, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R\$ 27.980 (valor histórico), com recebimento em quotas mensais. Conforme previsto no contrato de concessão em que a revisão tarifária deve ocorrer a cada 5 anos, a revisão da receita ocorrerá em 2022. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Companhia. O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço, como segue. As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são: I - Operar e manter as instalações de modo assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizadas em sua área de concessão; II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas; III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados às concessões e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico; IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória; V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anulação e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 16 de março de 2023. **2.2. Moeda funcional e base de mensuração:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas em moeda de caixa corrente, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 22. **2.3. Julgamentos, estimativas e premissas:** A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados. As principais estimativas e julgamentos adotados no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro são os efeitos decorrentes de: I. Nota explicativa nº 8 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente; II. Nota explicativa nº 10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato); III. Nota explicativa nº 14 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórios e ambientais; e IV. Nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **3.1. Principais políticas contábeis: a. Caixa e equivalentes de caixa -** são equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **b. Instrumentos financeiros: Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração -** são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento. As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou compromisso no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. **Mensuração subsequente -** para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida)); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber

fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Ativos financeiros a custo amortizado		Ativos financeiros mensurados a VIR		Instrumentos de dívida ao VJORA		Instrumentos patrimoniais ao VJORA	
Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.		Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.		Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.		Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.	

Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio de vendas de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantém aquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modificam o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo). **Passivos financeiros:** São mensurados ao custo amortizado quando os fluxos de caixa são classificados como mantidos para negociação de ativos financeiros para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de hedge definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado -** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contratuais e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sou o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **c. Concessionárias e permissórias -** refere-se aos valores de contas a receber de futuras emissões de Uso do Sistema de Transmissão, controlizada com base no regime de serviço público. **d. Ativo de contrato de concessão -** corresponde ao contrato de concessão no 43/2017 de competência de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica. Conforme previsto no contrato de concessão, uma trans



(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 3	Referência à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022
IAS 37	Contrato oneroso	1º de janeiro de 2022
IAS 16/CPC 27	Imobilizado	1º de janeiro de 2022
IAS 2 CPC 16	Estoque	1º de janeiro de 2022
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018-2020	Melhorias IFRS 1/CPC 37, IFRS 9/CPC 48, de IFRS's 2018-2020	1º de janeiro de 2022

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.3. Reapresentação de exercícios anteriores:** A Administração da Companhia revisou a classificação do equivalente de caixa e a apresentação da demonstração do Fluxo de Caixa de 31 de dezembro de 2021, originalmente emitidas em 23 de março de 2022, e concluiu sobre a reclassificação do fundo de investimento como aplicação financeira, baseado nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", conforme segue:

	2021	Reclas-sificação	(Reapre-sentado)
Caixa e equivalentes de caixa	55.849	(54.801)	1.048
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	54.801	54.801
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimentos	(461)	(54.801)	(55.262)
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-	(54.801)	(54.801)

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revisados frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras. Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. CAIXA, EQUIVALENTE DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS NO MERCADO ABERTO

5.1. Caixa e equivalentes de caixa: A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificado de Depósito Bancário (CDB). A rentabilidade média ponderada da carteira em 2022 equivale a 101,2% do CDI (100% em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Caixa e depósitos bancários à vista	218	708
Aplicações financeiras de liquidez imediata:	12.132	340
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	12.132	340
Total caixa e equivalentes de caixa	12.350	1.048

5.2. Aplicações no mercado aberto (avaliado ao valor justo por meio do resultado): A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2022 equivale a 104,6% do CDI (117,41% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

	2022	2021
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽ⁱⁱ⁾	16.281	54.801
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	16.281	54.801

⁽ⁱⁱ⁾ Fundo de investimentos foram remuneradas a 104,6% do CDI.

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSOARIAS

	LTTE	2021
Contas a receber com partes relacionadas	33	-
Contas a receber de demais clientes	8.901	5.442
Total - circulante	8.934	5.442

7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2022	2021
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	2.048	1.052
Contribuição Social s/o Lucro – CSLL	69	60
Contribuições ao PIS e a COFINS	55	50
Outros	8	14
Total - Circulante	2.180	1.176

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em períodos posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS, IMPOSTOS DIFERIDOS E DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período, e quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2022	2021
Ativo		
Imposto de Renda	51.152	38.407
Contribuição Social	18.414	13.826
Total - ativo não circulante	69.566	52.233
Passivo		
Imposto de Renda	49.586	-
Contribuição Social	17.851	-
Total - passivo não circulante	67.437	-
Total líquido - ativo não circulante	2.129	52.233

As diferenças temporárias são:

	2022	2021
Ativo/Passivo		
Prejuízos fiscais	141.512	35.378
Base negativa da contribuição social	141.512	12.736
Provisões para riscos (fiscais, civis e trabalhistas)	35.245	11.983
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	17.880	6.079
Concessão do serviço público – ativo de contrato	(188.374)	(64.047)
Ativo (passivo) líquido	147.775	2.129

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

	2022	2021
2026	-	158
2027	-	936
Após 2028	-	68.472
Total	69.566	70.566

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

	2022	2021
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	102.628	16.416
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição calculados as alíquotas fiscais combinadas	(37.388)	(5.582)
Outros incentivos fiscais e despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.) ⁽ⁱⁱ⁾	(15.247)	(427)
Outras exclusões / (adições) permanentes	8	17
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(50.103)	(6.009)
Alíquota efetiva	48,82%	36,60%

⁽ⁱⁱ⁾ refere-se a incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

9. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela Gemini Energia S/A (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Gemini Energia S/A		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A;	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiunas Transmissora de Energia S/A/e	LITE	Transmissão de energia

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos/circulação	Rembolsos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias ⁽¹⁾
	2022	2021							
Debêntures Sº Emissão, Série única	494.699	484.696	04/11/2020	410.000 / 410.000	-	out/2038	Anual a partir de out/22	10,87%	R
Custo de captação incorrido na contratação	(27.629)	(29.374)	-	-	-	-	-	-	-
Total	467.070	455.322	-	-	-	-	-	-	-

⁽¹⁾ R = Recebíveis

Condições de covenants: O contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos indicadores operacionais em determinados níveis. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), maior ou igual a 1,20, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas. Em 31 de dezembro de 2022 as exigências contratuais foram cumpridas. Em 31 de dezembro de 2022, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Total
2024	29.195
2025	29.195
2026	29.195
2027	29.195
Após 2027	321.146
Total	437.926

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	2022	2021
Contribuições ao PIS e a COFINS ⁽ⁱ⁾	81.443	62.110
Contribuições Sociais	161	413
Imposto sobre serviços – ISS	128	308
Tributos retidos na Fonte (IRRF/PIS/COFINS/CSLL)	129	38
IOF a recolher	195	-
Total	82.056	62.869
Circulante	1.145	1.096
Não circulante	80.911	61.773

⁽ⁱ⁾ PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre o Ativo Contratual constituído, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP.

14. PROVISÕES PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS, FISCAIS, REGULATÓRIO E AMBIENTAL

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória e ambiental. **14.1. Perdas prováveis:** Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórias	2022	2021
Saldo em 2021 e 2020	422	3.176	-	73	514	4.185	27.630
Novos processos	63-	31.703	1.159	69	654	33.648	1.100
Reversões de provisões	(40)	(2.260)	-	-	(514)	(2.814)	(26.644)
Atualização monetária	311	542	-	8	20	601	2.099
Saldo em 2022 e 2021	476	33.161	1.159	150	674	35.620	4.185

Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda. POMTE Serviços

A Gemini Energia S/A é controlada pela Energia Transmissora de Energia S/A, que por sua vez é controlada pela Energia S/A por meio das participações nas sociedades Rede Energia Participações, Alsol Energias Renováveis S/A e Energia Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energia S/A:		
· Energia Parailba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
· Energia Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A;	EMR	Distribuição de energia
· Energia Borborema - Distribuidora de Energia S/A;	EBO	Distribuição de energia
· Energia Serjipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
· Energia Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
· Energia Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
· Energia Soluções S/A;	ESOL	Serviços
· Energia Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;	ESOLC	Serviços
· Energia Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
· Volt Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Geração distribuída
· Energia Geração Central Solar Rio Peixe I S/A; e	EGCS-RP1	Parque Solar
· Energia Geração Central Solar Rio Peixe II S/A.	EGCS-RP2	Parque Solar

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energia Transmissão de Energia S/A:		
· Energia Parã Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
· Energia Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
· Energia Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA II	Transmissão de energia
· Energia Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
· Energia Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
· Energia Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
· Energia Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTe	Transmissão de energia
· Energia Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energia S/A;	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
· Energia Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
· Energia Transmissão de Energia VII S/A; e	ETE VII	Transmissão de energia
· Energia Transmissão de Energia IX S/A.	ETE VII	Transmissão de energia

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Larasol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARASOL	Geração distribuída
· URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração distribuída
· Reenergia Geração Fotovoltaica I S/A (atual denominação social da Vision SPE Vision Solar I Ltda);	REENERGISA I	Geração distribuída
· Reenergia Geração Fotovoltaica II S/A (atual denominação social da Vision Francisco Sá SPE S/A);	REENERGISA II	Geração distribuída
· Rensolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENSOLAR	Geração distribuída
· FLOWsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLAWSOLAR	Geração distribuída
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração distribuída

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Receita com transmissão de energia ⁽ⁱⁱ⁾	Saldo a receber
Energia Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);	132	-
Energia Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);	16	-
Energia Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);	74	-
Energia Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (EMT);	299	15
Energia Serjipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);	74	-
Energia Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);	183	10
Energia Parailba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);	145	8
Energia Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG);	24	-
Energia Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);	77	-
Energia Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);	15	-
Saldo em 2022	1.039	33

⁽ⁱⁱ⁾ Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

Remuneração dos administradores

	2022	2021
Remuneração da Diretoria	119	-

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigentes, relativas ao mês de dezembro de 2022, foi de R\$ 20 (não incorridos em 2021). A remuneração média no exercício findo em de 2022 foi de R\$ 20 (não incorridos em 2021).

10. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO DE CONTRATO) - CONSOLIDADO

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47. A concessão da Companhia de transmissão por não ser onerosa, não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. O ativo contratual, será recebido pela Companhia através da Receita Anual Permitida – RAP, considerando aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão. Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi identificada necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato. A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento. Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no exercício:

Descrição	LINHAS	REA 6079	REA 8647	Total
Linhas de Taubaté				
Margem de construção	2,00%	3,00%	2,00%	
Margem de operação e manutenção	14,60%	2,00%	2,00%	
Taxa de remuneração	8 a 11%	8 a 11%	8 a 11%	
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA	IPCA	
Custos incorridos	505.208	66.533	63.852	635.593
RAP anual	43.325	10.690	9.392	63.407
Ativo de contrato em 2020	491.073	1.961	1.302	494.336
Receita de remuneração do ativo de contrato	64.942	2.160	1.422	68.524
Receita das margens da obrigação de performance de construção	72	1.875	1.218	3.165
Receita de operação e manutenção	6.581	-	6.581	
Receita de construção da infraestrutura	3.983	69.050	67.250	140.283
Recebimento RAP	(45.078)	-	-	(45.078)
Ativo de contrato em 2021	521.573	75.046	71.192	667.811
Receita de remuneração do ativo de contrato	162.485	48.616	49.561	260.66



LINHAS DE TAUBATÉ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ nº 14.395.590/0001-03

tável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo: **1. Programa de Gestão Ambiental da Operação** - O objetivo geral do Programa de Gestão Ambiental da Operação é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental da operação da Linha de Transmissão (LT) em tensão de 500kV (500.000 Volts) entre as Subestações de Taubaté (SP) e a Subestação de Nova Iguaçu (RJ), com extensão aproximada de 257km, faixa de servidão de 60 (sessenta) metros e 2 seccionamentos de linhas existentes: LT 500kV Angra - São José, LT 500kV Zona Oeste - Grajaú. **2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos** - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos. **3. Gestão de Resíduos Sólidos** - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação e tem por objetivos reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento. **4. Programa de Comunicação Social** - programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento. A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Decisão do STF sobre "coisa julgada" em matéria tributária: Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento dos Temas 881 e 885, decidindo pela perda de efeitos das decisões individuais transitadas em julgado quando, em controle de constitucionalidade, ocorrer mudança do entendimento da corte em julgamento de temas tributários. Avaliando as decisões judiciais com trânsito em julgado, a Companhia não identificou casos em que houve modificação de entendimento pelo Supremo Tribunal Federal, para a data base de 31 de dezembro de 2022.

Diretoria Executiva

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor Geral de Operações

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Fernando César Maia
Diretor Técnico

Rodolfo da Paixão Lima
Contador - CRC-RJ 107.310/O-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras das Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, das Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar

a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8/RJ

Gabriela Rocha Werberich
Contadora
CRC nº 1 RS-079489/O-4

Deloitte.

ANUNCIE NO

DIÁRIO DO COMÉRCIO

O ponto de encontro,
análise e debate
sobre a economia em
Minas Gerais.

31 9 9473-0406 / 3469-2098

jose.luiz@diariodocomercio.com.br
diariodocomercio.com.br



BRDOCS

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP nº 2.200-2
de 24/08/2001.
A autenticidade pode ser
conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 24/03/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para
acessar a página de **Publicidade Legal** no portal
do **Jornal Diário do Comércio**. Acesse também através do link:
<https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal/24-03-2023-p7/>



RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente na plataforma Portal de Assinaturas sDoc.

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Verificar?publicID=0A8A8596-7A0C-43D8-9B5B-3FC71BF46D9B>

Chave de acesso: 0A8A8596-7A0C-43D8-9B5B-3FC71BF46D9B



Hash do documento

cee91f1cb6c2b06b4c21a0d0254f3df0f1d0885783561b8b5b1b18ccbeca55ea

Documento disponível em



Documento(s) gerado(s) em 24-03-2023, com o(s) seguinte(s) participante(s):

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA - 17.279.068/0001-54 em 24/03/2023 06:57 UTC-03:00

Tipo de Assinatura: Digital

Identificação: Por e-mail: certificado@diariodocomercio.com.br

Geolocalização: Latitude: -19.8847705 Longitude: -43.8560474

IP: 179.106.104.167

Assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil

